

Os Brasileiros e a Democracia

Bases sócio-políticas da legitimidade democrática.

José Álvaro Moisés. São Paulo: Ática, 1995.

Maria Francisca Pinheiro Coelho

O Brasil está mudando? Podemos chamá-lo de um país democrático? Como caracterizar o atual estágio de democratização brasileira? Essas são algumas perguntas que nos fazemos todos os dias e as respostas variam de um pessimismo a um otimismo exagerados. Deixando de lado as impressões pessoais, José Álvaro Moisés, em seu livro *Os Brasileiros e a Democracia - Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*, procura investigar objetivamente essas questões, através de uma pesquisa empírica no país, realizada no período de 1989-1994. A resposta encontrada — para tranquilizar um pouco os pessimistas e baixar a “bola” dos otimistas — é a de que embora haja uma aceitação majoritária dos brasileiros do regime democrático, existem sérios riscos à sua consolidação.

Entre os méritos do livro, sobretudo o de focar como objeto de estudo o tema político maior do momento que é a democracia, o grande personagem nesse fim de século, gostaríamos de salientar três aspectos: o primeiro é o de abordar a democracia como um fato mensurável, recuperando importantes teorias nessa tradição; o segundo é o de identificar a convivência, em espaços sócio-políticos relativamente desenvolvidos e modernizados, de duas subculturas políticas distintas; e o terceiro é o de mostrar variações na opinião dos *públicos de massa* em relação à política e à democracia.

A investigação se insere no campo dos estudos que associam cultura política e democracia. O autor define seu escopo revisitando e criticando duas abordagens nas quais tendem a se incluir os estudos sobre a democracia: a “minimalista” (representada por Giuseppe Di Palma), que considera estritamente o aspecto político normativo da democracia — cumprimento

Maria Francisca Pinheiro Coelho é doutora em sociologia e professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

das regras do jogo — e a “maximalista” (representado por Samuel Huntington) que estabelece uma relação entre democracia e desenvolvimento econômico e social. Os limites dessas teorias podem ser verificados nos recentes processos de democratização, mostrando uns que a existência das normas em si não revertem quadros desfavoráveis à democracia e outros que o desenvolvimento social nem sempre produz ou resulta de regimes democráticos.

O autor opta por uma concepção mais balanceada de democracia, que preserva a autonomia do campo da política e prevê a ação livre dos atores.

Tal concepção deve levar em conta tanto o grau relativo de liberdade dos atores políticos no curso das transformações ensejadas pelas transições, como os condicionantes impostos a essas situações pela presença ou pela ausência de condições sociais, econômicas, políticas e culturais encontradas em países que começaram a se democratizar. (p. 74)

Para Moisés, o conceito de cultura política abrange o complexo de instituições, comportamentos e atitudes que conformam a esfera da política. Parte inicialmente da definição de Almond e Verba, para quem o termo *cultura política* refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político e o papel dos cidadãos na vida pública, estabelecendo depois uma relação entre estrutura política e cultura política. Trata esta última como uma variável interveniente que, articulando-se em grau mais ou menos intenso tanto com as variáveis estruturais e instrumentais quanto com aquelas especificamente políticas, contribui de modo decisivo para explicar por que um regime político se consolida, ganha continuidade no tempo e adquire ou não estabilidade.

A cultura política não é suficiente para sozinha levar à mudança de um regime político, mas, claramente, é um elemento indispensável da sua construção social. (p. 98)

As perguntas formuladas na pesquisa procuraram apreender os valores e as expectativas dos indivíduos em relação à política, o grau de envolvimento com esta e a atitude frente à democracia. As opiniões variaram de acordo com os estratos sociais. A cultura política apresenta características distintas, claramente demarcáveis quando submetida a uma análise empírica.

Um primeiro recorte mais amplo mostra duas subculturas que convivem juntas, em áreas modernas ou atrasadas.

A primeira, mais “sofisticada” e baseada na mudança dos níveis cognitivos da população, relacionada com uma percepção mais sutil e mais diversificada em face das suas experiências recentes com os regimes autoritário e democrático; a segunda, enraizada na exclusão social e apoiada em maior homogeneidade estrutural de vastas áreas de desenvolvimento incompleto do país, demonstrando a continuidade de percepções pouco diferenciadas do mundo político. (p. 144)

As atitudes dos indivíduos em relação à política variam de acordo com os níveis de renda, escolaridade, tipo de trabalho, lugar onde moram e processos de modernização vivenciados. Os indivíduos com maior nível de renda, níveis mais altos de escolaridade e informação interessam-se e participam mais da vida política. Porém, são também os mais críticos em relação às instituições e ao governo, e menos tolerantes com os seus erros. Ao mesmo tempo em que conseguem influenciar e dar qualidade ao processo, são também os mais vulneráveis a retirar seu apoio à democracia, caso se acumulem decepções com a política. Os mais pobres, com baixo nível de escolaridade e pouco ou nada integrados socialmente, tendem a aceitar mais a democracia e ter atitudes de *deferência*, que significa respeito às autoridades públicas.

A maioria das críticas e insatisfações com a democracia se localizam nas instituições políticas, especialmente nos Governos e no Congresso Nacional. A resposta do autor à questão se é possível confiar no processo democrático é sim e não ao mesmo tempo.

Sim, porque após o processo de transição se estabeleceu uma espécie de “lua-de-mel” entre os cidadãos e o regime democrático nascente, em função do cansaço com o autoritarismo e, ao mesmo tempo, do reconhecimento das vantagens da democracia. Não, porque as crises políticas são contínuas, o que gera insatisfações e frustrações crescentes com os governos e a política. A reserva preliminar de legitimidade pode não ser suficiente para assegurar a estabilidade do regime democrático.

Segundo Moisés, o paradoxo da legitimidade democrática no Brasil consiste em que vícios políticos antigos, como a apropriação privada da esfera pública e a falta de controle público da política, persistem fortemente no presente, ameaçando virtudes novas como a tendência de valorizar a democracia. Este círculo vicioso pode ser quebrado porque as mudanças recentes na cultura política criaram bases sócio-políticas da legitimidade democrática. Mas o seu rompimento não é automático e nem uma decorrência natural dessas mudanças.

Na realidade, o paradoxo da legitimidade democrática no Brasil é este: se as elites políticas persistirem em conviver com os vícios políticos herdados do passado, negando-se a realizar as reformas políticas que o país requer para modernizar a política e o Estado e, assim, dar um sentido novo à experiência democrática, a consequência poderá ser a morte da democracia. (p. 207)

Cerca de 1/3 de brasileiros manifestaram ainda expectativa positiva quanto à volta dos militares ao poder.

O livro de José Álvaro Moisés interessa sobremaneira aos que estão preocupados em entender os processos de transformações culturais em países que fizeram opções recentes pela democracia. Podemos inseri-lo no âmbito de uma sociologia política comparada. Contudo, apesar dos aspectos positivos, a perspectiva comparativa como foi utilizada dificultou uma visão mais descomprometida e despojada do objeto de estudo.

O Brasil é inserido no processo de democratização em curso em outros países e a análise do caso em si não foge às explicações tradicionais, que adotam o modelo formal de democracia. O estudo desenvolve-se a partir de uma visão etnocêntrica do outro — que é o modelo — e o diálogo com os autores é viciado porque só mostra as carências do Brasil em relação à democracia. A *positividade pura* atribuída ao que vem de fora não ajuda à compreensão e ofusca o objeto de estudo, no que possa ter de dificuldades ou facilidades à recepção da democracia.

Os aspectos normativos da política terminam predominando na análise em detrimento de aspectos mais substantivos da cultura política. Assim, o Brasil por não ter partidos políticos organizados como o Chile, o Uruguai e a Argentina é considerado menos democrático, sem uma análise de outros fatores, como a tolerância moral, diferenças na moralidade, aspectos que contribuem substantivamente na formação de uma cultura democrática. O espaço entre o “minimalismo” e o “maximalismo” não foi explorado suficientemente.

A análise enfatiza os aspectos formais e racionais da política, permanecendo nos marcos do racionalismo instrumental, sem ousar penetrar no conteúdo da cultura e motivações comportamentais. A comparação foi unilateral, não possibilitando assim que o processo de construção da democracia no Brasil tenha alguma coisa a acrescentar à experiência de outros países.